



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Assuntos Europeus

A Sua Excelência
O Presidente da Assembleia da República
Deputado Eduardo Ferro Rodrigues

Assunto: Relatório sobre a Participação da Assembleia da República na LXII
COSAC, de 1 a 3 de dezembro de 2019, em Helsínquia

Para os devidos efeitos, junto envio a Vossa Excelência o Relatório da participação da Assembleia da República na LXII Conferência dos Órgãos Especializados em Assuntos Europeus dos Parlamentos da União Europeia, que se realizou de 1 a 3 de dezembro de 2019, em Helsínquia, Finlândia.

Com os meus melhores cumprimentos,

O PRESIDENTE DA COMISSÃO

(Luís Capoulas Santos)

Relatório de Participação da Assembleia da República na LXII reunião da COSAC (Helsínquia, 1 a 3 de dezembro de 2019)

I. ENQUADRAMENTO

Nos termos do [Regulamento](#) da COSAC (ponto 2.1), “*Será organizada ma reunião plenária da COSAC durante cada Presidência, tendo em conta as diferentes práticas parlamentares dos Estados-Membros, os períodos eleitorais e os dias feriados dos Estados-Membros. (...)*”

O Parlamento finlandês, por conseguinte e no âmbito da dimensão parlamentar da respetiva Presidência do Conselho da União Europeia, organizou, em Helsínquia, entre os dias 1 e 3 de dezembro de 2019, a LXII reunião da COSAC¹. Esta reunião contou com a participação dos Parlamentos nacionais da UE, do Parlamento Europeu (PE), dos Parlamentos da Albânia, Sérvia, Montenegro, Turquia, Andorra, Islândia, Noruega e do Comité Económico e Social Europeu, conforme consta da [lista de participantes](#).

A Delegação da Assembleia da República foi composta pelo Presidente da Comissão de Assuntos Europeus, Deputado Luís Capoulas Santos (PS), pelo Vice-Presidente Deputado Paulo Moniz (PSD) e pelos Deputados Isabel Rodrigues (PS), Pedro Cegonho (PS), Isabel Meireles (PSD) e Beatriz Dias (BE).

A assessoria foi prestada pelo Representante Permanente da Assembleia da República junto da União Europeia, Bruno Dias Pinheiro, e pela assessora da Comissão de Assuntos Europeus, Catarina Ribeiro Lopes.

II. DA LXII REUNIÃO DA COSAC

Do [Programa da reunião](#), constavam os pontos que seguidamente se apresentam:

SESSÃO DE ABERTURA

Matti VANHANEN, Presidente do Parlamento finlandês deu as boas-vindas aos participantes da LXII reunião da COSAC, começando por realçar o início de funções da nova Comissão Europeia, liderada por Ursula von der Leyen, e as suas orientações políticas no sentido do desenvolvimento da União e da promoção do bem-estar e segurança dos seus cidadãos. Referiu-se à Conferência sobre o Futuro da Europa e à necessidade de esta garantir a representatividade política, paridade de género e participação de minorias, tornando-se um fórum transparente e democrático. Terminou declarando a reunião aberta.

¹ Conferência dos Órgãos Especializados em Assuntos da União dos Parlamentos da União Europeia

Foram colocadas outras questões sobre a realização da Conferência, destacando Jaak MADISON (Parlamento Europeu) que a questão não é sobre se os Parlamentos nacionais vão participar mas sim como, tendo vários participantes proposto que o debate sobre o Futuro da Europa pudesse prolongar-se além da Presidência croata, bem como que os cidadãos pudessem participar ativamente neste debate, através por exemplo de plataformas digitais, uma vez que sem os cidadãos esta discussão não seria mais do que uma *talking shop* (Ettore LICHERI - Senado italiano - e Gunther KRICHBAUM - Bundestag alemão), tendo Mairéad McGUINNESS (Parlamento Europeu) dado o exemplo da *Irish Citizens' Assembly* como forma de participação dos cidadãos.

Karin BROUWERS (Senado belga) e Alessandro GIGLIO VIGNA (Câmara dos Deputados italiana) mostraram-se ainda a favor da inclusão das regiões neste debate, devendo o seu papel ser reforçado, incluindo no processo legislativo, uma vez que através das suas regiões os cidadãos assumem um maior sentido de pertença à União Europeia.

SESSÃO I – A PRESIDÊNCIA FINLANDESA DO CONSELHO DA UE

Antti RINNE, Primeiro-Ministro da Finlândia, iniciou a sua intervenção com a referência à importância de um diálogo aberto, ativo e construtivo com os Parlamentos nacionais e o Parlamento Europeu, considerando que o *Grand Committee* do Parlamento finlandês tem uma influência considerável nas políticas da UE na Finlândia. Destacou os focos da Presidência da Finlândia do Conselho da União Europeia no segundo semestre de 2019: o Estado de direito, a ação climática, competitividade e a inclusão social, assim como a proteção da segurança dos cidadãos

Sobre o Estado de direito, aludiu à necessidade de reforçar o conjunto de ferramentas e a cooperação entre diferentes atores na sua defesa, considerando-o um elemento fundamental para o Quadro Financeiro Plurianual, tendo presente a necessidade de proteger o orçamento da UE em caso de deficiências no Estado de direito. Quanto à ação climática, defendeu o alcance da neutralidade climática até 2050, enfatizando a importância do Pacto Ecológico Europeu, que oferece a oportunidade de a União caminhar para um futuro mais sustentável, sendo essencial para tal o reforço do mercado único no que às tecnologias e serviços «limpos» diz respeito, assim como a adaptação às formas mais modernas de emprego e padrões sociais com a implementação total do Pilar Europeu para os Direitos Sociais. Sobre a segurança e defesa, congratulou os progressos alcançados pela UE neste campo, realçando a importância que as novas tecnologias, como a inteligência artificial, tiveram na Presidência finlandesa, assim como o reforço dos instrumentos relativos às ameaças híbridas, esperando-se que o Conselho adote conclusões sobre o tema.

Antes de terminar, mencionou as negociações do QFP, com a informação de que seria submetida a tempo do Conselho Europeu de dezembro uma nova «*negotiating box*».

O debate deste ponto foi cancelado, uma vez que o Primeiro-Ministro finlandês não pode acompanhar a restante sessão, devido à crise governativa vivida no momento.

SESSÃO II – PROMOVER O ESTADO DE DIREITO NA UE E A CARTA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

As intervenções nesta sessão ficaram a cargo de Tytti TUPPURAINEN, Ministra dos Assuntos Europeus da Finlândia, e Michael O'FLAHERTY, Diretor da Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia.

ASPLING, *Riksdagen* sueco, Jakk MADISON, Parlamento Europeu, e GIGLIO VIGNA), e à utilização do Estado de direito como vantagem política, criando divisões entre os Estados (Richard HÖRCSIK, Parlamento da Hungria).

Sobre a Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, vários oradores referiram a importância de reforçar os direitos fundamentais e sensibilizar os cidadãos para esta questão, destacando o relatório anual da Comissão sobre a implementação da Carta e a sua tradução para todas as línguas oficiais, referindo-a mais nos trabalhos parlamentares (Kerstin-Oudekki LOONE e Anneli OTT, *Riigikogu* da Estónia, Andreas PASIOURTIDIS, Parlamento cipriota, e Bernard DURKAN, *Houses of Oireachtas* da Irlanda).

Foram ainda referidos os direitos dos trabalhadores e a necessidade de combater o desemprego, o papel na economia digital e a proteção de dados pessoais e redes sociais, bem como o combate à corrupção como forma de manter a ordem e estabilidade económica (Riina SIKKUT, *Riigikogu* da Estónia, Gunther KRICHBAUM, Bundestag, Georgios KYRTSOS, Parlamento Europeu, Gerard CRAUGHWELL, Senado da Irlanda, e Ria OOMEN-RUITEN, Senado dos Países Baixos).

Marina BERLINGHIERI, Câmara dos Deputados de Itália, chamou à atenção para a necessidade de a União ratificar a Convenção do Conselho da Europa sobre a prevenção e combate à violência sobre as mulheres e violência doméstica, devendo o tema ser discutido na Conferência sobre o Futuro da Europa.

Sobre a migração, a proteção dos refugiados e migrantes foi referida por vários oradores, tendo presente a discriminação de que são alvo, a importância de reduzir as causas desta migração, bem como da criação de um quadro próprio para a gestão das fronteiras externas.

Interveio neste debate a Senhora Deputada Beatriz DIAS, referindo-se ao discurso violento que tem existido contra os emigrantes, apresentando preocupações sobre o estigma de que são alvo, criando uma sensação de insegurança, deixando estes os seus países em razão de cenários de guerra ou questões climáticas, mas contribuindo para uma mudança demográfica nos países que os recebem, bem como para a viabilidade dos sistemas de segurança social, mesmo que se encontrem em situações e empregos vulneráveis, e em situações de exploração laboral. Mencionou que estes migrantes são vítimas de racismo, xenofobia, estereótipos e ideias pré-concebidas que requerem uma visão mais solidária da Europa, devendo ser tomadas medidas para proteção dos seus direitos.

Os oradores deste painel tomaram ainda a palavra para considerações finais sobre os temas abordados, na senda do veiculado inicialmente.

SESSÃO III – INTERVENÇÃO DE MAROŠ ŠEFČOVIČ, VICE-PRESIDENTE DA COMISSÃO EUROPEIA

O Vice-Presidente da Comissão Europeia e responsável pelas Relações Interinstitucionais e Prospetiva, Maroš ŠEFČOVIČ, iniciou a sua intervenção marcando a importância desse dia como o 30.º aniversário da primeira reunião da COSAC que decorreu em França, mas também como o 1.º dia de trabalho da nova Comissão Europeia.

Referiu-se às orientações políticas da Comissão de von der Leyen - Pacto Ecológico Europeu, Uma economia ao serviço dos cidadãos, Preparar a Europa para a era digital, Promoção do nosso modo de vida europeu, Uma Europa mais forte na cena mundial e Um novo impulso para a democracia europeia – e à sua participação na elaboração do Programa de Trabalho da Comissão, com responsabilidades na programação anual e plurianual.

melhores resultados com os seus grupos de trabalho ou grupos de trabalho mais pequenos, questionando-se a possibilidade da sua implementação.

Sobre os migrantes, Evangelos SYRIGOS, Parlamento helénico, assinalou a necessidade de solidariedade neste tema, sobretudo no que aos menores não acompanhados diz respeito, lamentando as ações da Turquia nas águas cipriotas para exploração de petróleo, bem como o acordo entre a Turquia e a Líbia sobre fronteiras marítimas, em desrespeito pelo direito do mar.

Emrah KARAYEL e Selman ÖZBOYACI, da Turquia, responderam que as atividades foram desenvolvidas de acordo com o direito internacional, assim como o acordo assinado com a Líbia sobre as fronteiras marítimas entre os dois Estados.

As últimas intervenções focaram o poder nuclear russo junto à fronteira com a Bielorrússia e os políticos catalães presos, solicitando-se diálogo sobre os temas.

O Comissário respondeu às questões colocadas, aludindo à tarefa difícil da Comissão no que ao QFP diz respeito, particularmente pela necessidade da sua aprovação por unanimidade, à divisão dos Estados-Membros relativamente aos fundos da coesão. Sobre a Conferência sobre o Futuro da Europa, esclareceu que os Parlamentos nacionais participarão, devendo os debates ocorrer o mais possível fora de Bruxelas, embora ainda esteja por definir como serão organizados, mas serão sem dúvida uma plataforma dos cidadãos para o projeto europeu. Terminou com uma referência ao alargamento, citando o Comissário responsável pela área quando diz que parar de exportar estabilidade significa importar insegurança.

REUNIÃO DOS PRESIDENTES DA COSAC

Neste ponto da Conferência foi indicado o membro permanente do Secretariado da COSAC, tendo sido renovado o mandando do maltês Kenneth Curmi (candidatura única) para 2020 e 2021. Foram também discutidas e votadas, pelos Presidentes das Comissões de Assuntos Europeus dos Parlamentos nacionais, as alterações remetidas pelas delegações aos textos de contributos e conclusões, tendo por base a versão de compromisso discutida na reunião da Troica Presidencial.

Tendo presentes as divergências de opinião sobre a aplicação das regras de votação das alterações aos contributos e conclusões, as delegações dos Parlamento sueco, dinamarquês e dos Países Baixos apresentaram uma declaração, na sequência do previsto ponto 7.5 do Regulamento da COSAC, referindo que, não obstante a sua votação favorável ao texto final dos contributos da COSAC, não concordaram com a forma como a votação foi realizada, uma vez que foi anunciado que as alterações seriam adotadas por maioria simples e o texto final por maioria qualificada e, no decorrer das votações, os critérios foram alterados e diferenciados para uma mesma situação, revelando a necessidade de revisão urgente do procedimento de votação na COSAC.

SESSÃO IV - UMA ESTRATÉGIA VENCEDORA DA UE PARA O CLIMA

A primeira oradora desta sessão, Mari PANTSAR, Diretora da *Carbon Neutral Circular Economy*, do Fundo de Inovação finlandês *Sitra*, destacou os três passos para a liderança climática da UE: alinhar os objetivos de emissões da Europa com os previstos no Acordo de Paris (limitação do aquecimento global abaixo dos 2 graus celsius e neutralidade carbónica em 2030), reforçar o comércio de emissões (com medidas eficientes e eficazes – *cost-effective*) e aproveitar o potencial total da economia circular (importância de uma melhor utilização dos materiais já existentes). Apresentou

Outros intervenientes referiram-se à proteção do ambiente e à criação de novos empregos, «*green jobs*», assim como à necessidade de os grandes poluidores como a China e os Estados Unidos cumprirem os critérios do Acordo de Paris, mencionando que os problemas ambientais são também causados por países terceiros que, ao contrário dos países da União Europeia, não estão vinculados aos acordos internacionais, questionando-se se a UE deveria introduzir medidas económicas em relação a estes países (neste sentido, Elias MYRIANTOUS, Parlamento cipriota).

Foram ainda anotadas intervenções relativas ao Fundo de Transição, a sua aplicação a várias políticas e a gradual diminuição da dependência do carvão e elogios ao desenvolvimento da cidade de Lahti. Por outro lado, considerou Jorge BUXADÉ VILLALBA, Parlamento Europeu, que a forma de atingir esta proteção do ambiente pode ter consequência económicas, uma vez que nem todos os países europeus estão no mesmo patamar e vários empregos nas indústrias, como a indústria automóvel, vão desaparecer.

Sobre o estatuto dos Estados candidatos, Vladimir DURIC, Parlamento da Sérvia, mostrou preocupação com o foco nos assuntos ambientais, esquecendo-se as negociações para adesão à UE dos países candidatos, destacando que os cidadãos estão a par destas questões ambientais e que as políticas ambientais são também um elemento importante das políticas de alargamento, sendo por isso estes Estados uma parte relevante do Pacto Ecológico Europeu.

Mairead McGUINNESS, Parlamento Europeu, perguntou se seria possível atingir o objetivo ambicioso de redução de 70% de emissões em 2030, uma vez que o Parlamento Europeu havia fixado este objetivo em 55%, qual a tecnologia a utilizar na produção alimentar, de que forma podem os cidadãos ser motivados para estas questões, qual o impacto na aviação e se devem ser utilizados incentivos ou sanções para atingir estes resultados.

Nas suas palavras finais, a oradora Mari PANTSAR referiu a importância de exportar soluções europeias de forma global e a importância da competitividade; OLLIKAINEN recordou que regras ambientais estritas podem induzir eficiência e encorajar inovações que promovam a competitividade comercial; TIMONEN destacou a relevância das ações a nível local e o alto nível de sensibilização dos cidadãos e envolvimento nas ações.

SESSÃO V - INTERVENÇÃO DE MICHEL BARNIER, NEGOCIADOR-CHEFE DA UE PARA O BREXIT

Michel Barnier, Negociador-Chefe da Task-force para as relações com o Reino Unido, iniciou a sua intervenção aludindo ao valor acrescentado da COSAC, relembrando a sua participação na reunião da COSAC de Malta em 2017, quando as negociações sobre a saída do Reino Unido da União Europeia estavam no início, e o apelo que fez ao contínuo envolvimento dos Parlamentos nacionais no processo.

Reiterou os quatro objetivos da negociação: os cidadãos primeiro, proteção do mercado interno, saída ordeira do Reino Unido e preservação de uma boa base para o futuro da UE. Sobre os cidadãos, referiu que a sua proteção a longo prazo depende da ratificação do acordo. Sobre a situação da Irlanda e Irlanda do Norte, defendeu a manutenção da prosperidade, paz e estabilidade, evitando uma fronteira rígida, preservando a sua economia e protegendo a integridade do mercado único, permanecendo a Irlanda do Norte no território aduaneiro do Reino Unido. Relembrou neste âmbito o conjunto limitado de regras da UE, sobretudo no que aos bens diz respeito, que devem continuar a aplicar-se na Irlanda do Norte os direitos aduaneiros da UE para bens que venham a integrar o mercado interno e que existirá apoio por parte das autoridades do Reino Unido para aplicação destas regras.

Notas Finais

Além dos documentos referenciados, toda a documentação referente à reunião da COSAC, bem como a gravação vídeo da conferência, podem ser encontrados em:

<https://secure.ipex.eu/IPEXL->

[WEB/conference/getconference.do?id=8a8629a86bc08c43016bd61f04da09fb](https://secure.ipex.eu/IPEXL-)

<https://www.eduskunta.fi/parleu2019/events/Pages/LXII-COSAC-01122019.aspx>

Assembleia da República, 2 de junho de 2020

O Presidente da Comissão de Assuntos Europeus,



(Luís Capoulas Santos)